



A Iochpe-Maxion é líder global na produção de rodas automotivas.

Um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos das Américas.

32 unidades fabris em 14 países, com mais de 17 mil colaboradores.

iochpe.com.br



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais - R\$)											
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	252.537	669.805	1.088.114	1.605.439	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	862.930	1.083.741	1.481.781	1.907.564
Contas a receber de clientes	6	495.103	330.946	1.731.914	1.405.954	Fornecedores	16	334.044	188.331	2.269.458	1.463.594
Estoques	7	835.116	416.426	3.196.694	1.748.497	Obrigações fiscais	17	27.053	9.212	220.549	90.868
Impostos a recuperar	8	190.414	51.571	500.695	239.884	Obrigações sociais e trabalhistas	18	160.142	79.633	507.948	318.632
Despesas antecipadas		6.605	3.441	49.093	49.145	Adiantamentos de clientes		40.586	42.062	83.113	58.849
Instrumento financeiro derivativo	29	-	-	31.949	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		201.325	439	201.326	89.731
Outros créditos		36.545	12.534	249.055	113.007	Outras obrigações		82.589	66.463	402.553	423.213
Total do ativo circulante		1.816.320	1.484.723	6.847.514	5.161.926	Total do passivo circulante		1.708.669	1.469.881	5.166.728	4.352.451
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	238.961	13.375	370.063	151.962	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.472.424	1.231.148	4.050.429	3.212.825
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	41.107	96.193	323.117	419.156	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	68.813	62.674	90.893	79.423
Depósitos judiciais		51.294	51.101	56.649	56.466	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	120.725	175.180
Instrumento financeiro derivativo	29	-	-	112.730	-	Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	616.795	701.929
Outros créditos		4.925	1.581	16.056	2.046	Outras obrigações		8.459	9.041	75.841	87.234
Investimentos	11	4.054.656	3.562.291	138.834	95.283	Total do passivo não circulante		1.549.696	1.302.863	4.954.683	4.256.591
Imobilizado	12	1.000.408	936.432	4.253.134	4.237.764	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	13	88.071	82.465	2.348.415	2.219.880	Capital social	21.a	1.576.954	1.576.954	1.576.954	1.576.954
Direito de uso	14	4.367	6.868	53.018	67.320	Opções outorgadas reconhecidas		3.061	3.061	3.061	3.061
Total do ativo não circulante		5.483.789	4.750.306	7.672.016	7.249.877	Reservas de lucros		450.209	120.921	450.209	120.921
						Reserva de capital		21.301	12.467	21.301	12.467
						Ações em tesouraria	21.e	(28.894)	(28.894)	(28.894)	(28.894)
						Ajuste de avaliação patrimonial		2.019.113	1.777.776	2.019.113	1.777.776
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.041.744	3.462.285	4.041.744	3.462.285
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	356.375	340.476
						Patrimônio líquido total		4.041.744	3.462.285	4.398.119	3.802.761
TOTAL DO ATIVO		7.300.109	6.235.029	14.519.530	12.411.803	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.300.109	6.235.029	14.519.530	12.411.803

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucros		Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial		Lucro (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
			Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro			Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.576.954	3.071	96.648	509.882	6.000	(28.920)	69.597	995.246	-	3.228.478	268.498	3.496.976
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(491.780)	(491.780)	71.866	(419.914)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	719.421	-	719.421	99.656	819.077
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	719.421	(491.780)	227.641	171.522	399.163
Exercício de opções de ações	-	(10)	-	-	-	26	-	-	-	16	-	16
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(6.171)	-	6.171	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(317)	-	-	(317)	-	(317)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	6.467	-	-	-	-	6.467	-	6.467
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(99.544)	(99.544)
Absorção do prejuízo do exercício:	-	-	-	(485.609)	-	-	-	485.609	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.576.954	3.061	96.648	24.273	12.467	(28.894)	63.109	1.714.667	-	3.462.285	340.476	3.802.761
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	537.221	537.221	89.717	626.938
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	247.579	-	247.579	579	248.158
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	247.579	537.221	784.800	90.296	875.096
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(5.843)	-	5.843	-	-	-
Baixa do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(399)	-	-	(399)	-	(399)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conjunto	-	-	-	-	8.834	-	-	-	-	8.834	-	8.834
Dividendos destinados aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74.397)	(74.397)
Destinações do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	27.153	-	-	-	-	(27.153)	-	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro	-	-	-	314.977	-	-	-	(314.977)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(12.842)	-	-	-	-	-	(12.842)	-	(12.842)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(200.934)	(200.934)	-	-	(200.934)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.576.954	3.061	123.801	326.408	21.301	(28.894)	56.867	1.962.246	-	4.041.744	356.375	4.398.119

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	26	3.970.470	1.925.844	13.688.367	8.760.568
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	27	(3.249.746)	(1.768.233)	(11.984.244)	(8.195.255)
LUCRO BRUTO		720.724	157.611	1.704.123	565.313
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	27	(17.697)	(14.709)	(78.486)	(61.812)
Gerais e administrativas	27	(148.031)	(101.278)	(643.946)	(487.721)
Honorários da Administração	10.a	(18.397)	(14.110)	(18.397)	(14.110)
Resultado de equivalência patrimonial	11	87.056	(414.321)	33.879	2.043
Despesas (Receitas) operacionais, líquidas	28	152.022	(34.753)	284.312	(188.434)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		775.677	(421.560)	1.281.485	(184.721)
Receitas financeiras	24	81.837	15.909	97.853	33.366
Despesas financeiras	24	(189.445)	(114.149)	(389.416)	(262.431)
Variação cambial, líquida	25	1.817	3.751	(33.054)	(3.921)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		669.886	(516.049)	956.868	(417.707)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b	(126.528)	3.151	(355.355)	(88.573)
Diferidos	9.b	(6.137)	21.118	25.425	86.366
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		537.221	(491.780)	626.938	(419.914)
ATRIBUÍVEL AOS					
Acionistas controladores		537.221	(491.780)	537.221	(491.780)
Acionistas não controladores		-	-	89.717	71.866
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:					
BÁSICO - R\$	31	3,52577	(2,37641)	3,52577	(2,37641)
DILUIDO - R\$	31	3,52561	(2,37641)	3,52561	(2,37641)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS					
Vendas de mercadorias e bens	6	4.812.784	2.347.293	14.578.742	9.223.151
Perdas de crédito esperadas		(3.293)	(4.333)	(2.310)	(10.366)
Outras receitas		239.522	23.126	364.446	80.013
		5.049.013	2.366.086	14.940.878	9.292.798
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM ICMS E IPI)					
Matérias-primas consumidas		(2.093.721)	(975.881)	(7.897.636)	(5.053.479)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(485.843)	(278.376)	(2.041.408)	(1.466.795)
		(2.579.564)	(1.254.257)	(9.939.044)	(6.520.274)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.469.449	1.111.829	5.001.834	2.772.524
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	27	(67.482)	(65.551)	(559.848)	(556.861)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS		2.391.967	1.046.278	4.441.986	2.215.663
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11.b	87.056	(414.321)	33.879	2.043
Receitas financeiras	24	81.837	15.909	97.853	33.366
Variação cambial, líquida	25	1.817	3.751	(33.054)	(3.921)
		170.710	(394.661)	98.678	31.488
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.562.677	651.617	4.540.664	2.247.151
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Empregados:					
Salários e encargos sociais		830.064	618.852	2.366.821	1.929.916
Participação de empregados		21.548	7.470	123.346	11.489
Impostos:					
Federais		492.756	159.129	502.337	180.364
Estaduais		482.090	237.828	512.077	264.023
Municipais		133	222	133	222
Financiadores:					
Despesas financeiras	24	189.445	114.149	389.416	262.431
Aluguéis		9.420	5.747	19.596	18.620
Acionistas:					
Dividendos propostos e adicionais	20.c	200.934	-	200.934	-
Lucros retidos		336.287	(491.780)	336.287	(491.780)
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos		-	-	89.717	71.866
		2.562.677	651.617	4.540.664	2.247.151

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolid

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3. As atividades da Companhia, de suas controladas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 23 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2. Conforme comunicado ao mercado, a Companhia integra a carteira 2022 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 ("ISE"), que vigorará no período de 3 de janeiro de 2022 a 30 de dezembro de 2022, reunindo 46 empresas de 27 setores. A carteira 2022 foi a primeira a adotar a nova metodologia do índice com informações de fontes externas, além das repostas ao questionário e análise de evidências. A presença no ISE reforça o posicionamento e direcionamento estratégico da Companhia com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

2. EMPRESAS DA COMPANHIA

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

	31/12/2021			
	Pais	Atividades	Participação direta - %	Participação indireta - %
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-
Filial São Paulo	Brasil	-	-	-
Filial Limeira Aço	Brasil	(b)	-	-
Filial Limeira Alumínio	Brasil	(c)	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,67	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	91,84
Maxion Wheels do Brasil Ltda. (i)	Brasil	(c)	100,00	-
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	100,00
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC (i)	EUA	(f)	-	100,00
Maxion Wheels Akron LLC (iii)	EUA	-	-	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	100,00
Maxion Wheels Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	60,00

	31/12/2020			
	Pais	Atividades	Participação direta - %	Participação indireta - %
Iochpe-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-
Filial São Paulo	Brasil	-	-	-
Filial Limeira Aço	Brasil	(b)	-	-
Filial Limeira Alumínio	Brasil	(c)	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-
Remon-Resende Montadora Ltda.	Brasil	-	66,67	33,33
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100,00	-
Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd.	Tailândia	(c)	8,15	91,84
Iochpe-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100,00	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co. KG	Alemanha	-	-	100,00
Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	100,00
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	100,00
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	100,00
Servicios Maxion Wheels San Luis Potosi, S.A. de C.V. (i)	México	-	-	100,00
Servicios Maxion Wheels Chihuahua, S. de R.L. de C.V. (ii)	México	-	-	100,00
Iochpe Holdings, LLC (j)	EUA	(g)	-	100,00
Maxion Wheels U.S.A. LLC (i)	EUA	(f)	-	100,00
Maxion Wheels Akron LLC (iii)	EUA	(a)	-	100,00
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	100,00
Maxion Import LLC	EUA	(f)	-	100,00
Maxion Luxembourg Holdings S.A.R.L. (l)	Luxemburgo	(g)	-	100,00
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	100,00
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	100,00
Maxion Wheels Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	100,00
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	100,00
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	100,00
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	100,00
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	85,00
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	100,00
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	-	100,00
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(b) (c)	-	60,00
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	60,00

- (i) Vide seção "Reorganizações societárias", nesta mesma nota explicativa.
- (ii) Entidades incorporadas a entidade Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V. em 30 de junho de 2021.
- (iii) Em consonância ao comunicado ao mercado emitido em 13 de agosto de 2020, a Companhia efetuou uma reestruturação nas entidades da América do Norte, resultando no encerramento das atividades da planta Maxion Wheels Akron LLC e, conseqüente transferência de suas operações para as demais plantas da Companhia.
- (a) Fabricação e comercialização de rodas pesadas de aço.
- (b) Fabricação e comercialização de rodas leves de aço para automóveis, picapes, utilitários esportivos e veículos comerciais leves e médios.
- (c) Fabricação e comercialização de rodas leves de alumínio para automóveis.
- (d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.
- (e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais e automotivos (estampados para veículos de passageiros, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos).
- (f) Comercialização de rodas leves e pesadas.
- (g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

Participação em negócios em conjunto

A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. ("Maxion Montich"), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Em 31 de dezembro de 2021, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich com 50% de participação é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Participação em coligadas

Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. ("AmstedMaxion"), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias.

A AmstedMaxion, por meio da Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. ("GreenbrierMaxionFerroviário"), seu negócio em conjunto localizado na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

DongFeng Maxion Wheels Ltd.

A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. ("DongFengMaxion"), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produzirá e comercializará rodas de alumínio para veículos leves voltadas ao mercado chinês. A DongFengMaxion encontra-se em construção e instalação de equipamentos, o início das operações está previsto para o 1º trimestre de 2022.

A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros direitos oriundos de um contrato de investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os investimentos nas coligadas AmstedMaxion e DongFengMaxion, com 19,5% e 50% de participação respectivamente, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxionFundição		DongFengMaxion	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	188.833	100.899	176.968	99.637	58.097	70.704
Ativo não circulante	82.551	84.529	390.866	348.790	176.947	52.632
Passivo circulante	(132.796)	(120.603)	(211.589)	(144.362)	(21.351)	(5.262)
Passivo não circulante	(32.598)	(31.832)	(135.269)	(142.381)	(128.397)	(23.838)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	105.855	32.926	112.698	82.459	42.648	47.118
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	135	67	108.278	79.225	42.648	47.118
Patrimônio líquido total	105.990	32.993	220.976	161.684	85.296	94.236
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	575.464	221.567	486.010	362.799	-	-
Custo dos produtos vendidos	(477.575)	(204.731)	(410.074)	(302.320)	-	-
Despesas operacionais	(14.061)	(9.122)	(16.292)	(51.400)	(17.368)	(499)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.089)	(1.123)	29.465	(11.126)	(616)	692
Imposto de renda e contribuição social	(27.642)	(2.909)	(10.088)	1.378	(64)	(298)
Prejuízo do exercício dos acionistas não controladores	(110)	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	54.987	3.682	79.021	(669)	(18.048)	(105)

Reorganizações societárias

Em 2021, a Companhia engajou-se em um processo de reorganização global de suas controladas de maneira a criar uma estrutura societária mais horizontal e menos complexa do ponto de vista legal, simplificando o fluxo de capital entre as subsidiárias. Os principais eventos decorrentes dessa reorganização societária ocorridos até 31 de dezembro de 2021 são descritos a seguir, em ordem cronológica:

- (i) Em 29 de setembro de 2021, a controlada indireta alemã Maxion Wheels Holding GmbH adquiriu suas próprias quotas de capital, detidas pela Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l., em troca de 100% do patrimônio líquido da sua subsidiária brasileira Maxion Wheels do Brasil Ltda. Dessa maneira, Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l. passou temporariamente a deter investimento direto na Maxion Wheels do Brasil Ltda.
- (ii) Em movimento posterior, a controlada indireta Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l. distribuiu as quotas da Maxion Wheels do Brasil Ltda. para sua controladora, Maxion Wheels USA LLC, e conseqüentemente, reduziu seu patrimônio líquido em montante equivalente.
- (iii) Ainda em 29 de setembro de 2021, a controlada indireta norte-americana Maxion Wheels USA LLC distribuiu suas quotas da Maxion Wheels do Brasil Ltda. bem como 100% de suas quotas na Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l. para sua controladora direta, a Iochpe Holdings LLC. Em contrapartida, Maxion Wheels USA LLC reduziu seu patrimônio líquido em montante equivalente.
- (iv) Em 30 de setembro de 2021, a controlada indireta Iochpe Holdings LLC se desfz dos investimentos na Maxion Wheels do Brasil Ltda., Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l. e Maxion Wheels USA LLC, distribuindo-os para sua controladora direta, a Iochpe-Maxion Austria GmbH, e conseqüentemente reduzindo seu patrimônio líquido.
- (v) Em 1º de outubro de 2021, a controlada direta Iochpe-Maxion Austria GmbH cedeu e transferiu a totalidade de suas quotas de capital na Maxion Wheels do Brasil Ltda. para a Companhia, que passou a deter controle direto de 100% na subsidiária brasileira. Em contrapartida, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH reduziu seu Capital Social em montante equivalente ao valor total das quotas cedidas.
- (vi) Adicionalmente, a controlada indireta Maxion Luxembourg Holdings S.à.r.l. foi incorporada pela sua controladora, Iochpe-Maxion Austria GmbH, que por sua vez recebeu todos os ativos e passivos detidos por aquela entidade, sobretudo os investimentos nas subsidiárias Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd., Maxion Wheels Japan K.K., Maxion Wheels Czech s.r.o. e Maxion Wheels Holding GmbH.
- (vii) Finalmente, em 2 de novembro de 2021, não havendo mais ativos e passivos atribuídos à controlada indireta Iochpe Holdings LLC, a entidade foi oficialmente liquidada perante as autoridades norte-americanas competentes.

As transações foram realizadas sem desembolso de caixa e todas as investidas indiretas antes e depois da reorganização continuam sob controle comum da Companhia, bem como foram realizadas no contexto de que subsidiária Iochpe-Maxion Austria GmbH passasse a deter participação direta em seus investimentos indiretos mencionados anteriormente. Tais transações sob controle comum não produziram efeito nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que, foram mantidos os valores contábeis dos referidos investimentos conforme política contábil da Companhia. Adicionalmente, como parte da reorganização "upstream" o ágio decorrente da aquisição da Hayes Lemmerz ocorreu em 2012 que estava alocado na unidade geradora de caixa Iochpe Holdings LLC foi realocado para a unidade geradora de caixa Iochpe-Maxion Austria GmbH, conforme nota explicativa nº 13. Adicionalmente, a Companhia analisou os aspectos tributários e contábeis locais de cada jurisdição envolvida na reorganização, e com o auxílio de seus assessores jurídicos e tributários não identificou efeitos tributários a serem reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

3. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre a Companhia e suas investidas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

- As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:
- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.
- Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção ("hedge") contra riscos de câmbio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado).

Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuível aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado.

Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado. Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31/12/2021	31/12/2020
Dólar norte-americano - US\$	5,5805	5,1967
Euro - €	6,3210	6,3779
Taxa média	31/12/2021	31/12/2020
Dólar norte-americano - US\$	5,3950	5,1558
Euro - €	6,3813	5,8922

Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Método de depreciação e vida útil do ativo imobilizado.
- Avaliação do valor recuperável do ágio e demais ativos não financeiros.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.
- Avaliação sobre se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.

Investimentos em coligadas e "joint ventures"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Adoção das IFRSs Novas e Revisadas em Vigor no Exercício Corrente

4.1.1. Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, CPC 40 R1 e CPC 40)

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. O IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7), havendo a exigência de se avaliar eventual impacto pré-reforma sobre a projeção do valor dos fluxos de caixa baseados nas taxas de referência, sobretudo nas operações de *hedge* e contabilidade de *hedge*.

A Administração analisou criteriosamente os contratos vigentes e estimativas que dependem das taxas de juros de referência, concluindo que essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, visto que há apenas dois contratos indexados à Libor 6M e 1M, cujas taxas estarão disponíveis até junho de 2023.

4.1.2. Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 R2) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19

Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16/CPC 06 R2) que estabelece medidas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16 (CPC 06 R2), o qual permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel ou benefícios concedidos pelo arrendador relacionados à COVID-19 se configurem como uma modificação de arrendamento.

O expediente prático se aplicava até então a benefícios concedidos para pagamentos de arrendamento se, originalmente, devidos até 30 de junho de 2021. No entanto, como os desafios econômicos decorrentes da COVID-19 têm perdurado, o IASB estendeu o expediente prático por mais 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022.

A Companhia e suas controladas analisaram os contratos de arrendamento e, quando aplicável, aplicaram o expediente prático, não incorrendo em impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2. IFRSs Novas e Revisadas Emitidas e ainda Não Aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
 - Alterações à IFRS 10 (CPC 36) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*;
 - Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15) - Combinações de Negócios - Referência à Estrutura Conceitual;
 - Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido
 - Alterações à IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Definição de estimativas contábeis;
 - Alterações à IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.
- A Administração espera que a adoção das normas listadas acima não trará impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4.3. Principais Políticas Contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente.

O IFRS 15 (CPC 47) exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor. A receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Prestação de serviços

A receita de fabricação de ferramental é reconhecida com base no percentual de conclusão. O andamento da construção é medido com base na matéria prima e nas horas de trabalho incorridas até uma data-corte, como porcentual do total de horas de trabalho estimadas para cada contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que os custos incorridos puderem ser recuperados. Isso é observado geralmente durante os estágios iniciais de fabricação, quando os ferramentais são submetidos a testes de qualidade pelo cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo preço de transação dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas aplicando a abordagem simplificada, registrando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante o prazo contratual. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indica que tais contas a receber em geral não são recuperáveis.

d) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de venda ou consumo futuro, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção e, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos, exceto terrenos e construções em andamento, deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil anual, pelo método linear, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Edificações e benfeitorias	4%	5%
Máquinas e equipamentos	5%	15%
Peças de reposição	8%	38%
Ferramentais	7%	42%
Outros	4% a 22%	6% a 36%

g) Intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado
Relacionamento com clientes	9%
Software	6%
Direito de uso do terreno	2%
Marca	8%
Outros	2%

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A carteira de clientes adquirida de terceiros foi identificada no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels e possui prazo de vida útil remanescente a ser amortizado completamente até 31 de janeiro de 2033.

As licenças de uso de sistemas computadorizados ("softwares"), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd. é amortizado linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local. O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. será amortizado linearmente pelo prazo de 86 anos, conforme previsto no contrato.

A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, sendo amortizada linearmente até 31 de janeiro de 2035.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágio pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos

Ativos

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo com vida indefinida não será recuperado, para os demais ativos, tal avaliação ocorre no momento em que há indícios de desvalorização. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

- Seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo.
 - Seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.
- Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

j) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em decorrência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passíveis referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reestruturações

A provisão é reconhecida quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação em linha com as diretrizes de negócios, havendo uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, e não aqueles associados às atividades em andamento da entidade.

k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego

A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuárias, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais.
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

l) Benefícios a colaboradores

Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Remuneração baseada em ações

Para os participantes dos planos, o valor justo das opções de compra de ações concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com o correspondente aumento do patrimônio.

No encerramento de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos, sendo o impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, reconhecido no resultado do exercício, de forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na rubrica "Opções outorgadas reconhecidas", que registrou o benefício aos colaboradores.

A companhia e suas controladas também possuem um plano de incentivo de longo prazo, os beneficiários de tal programa farão jus a prêmios em dinheiro referenciados na valorização das ações da Companhia em bolsa de valores; e no retorno sobre capital investido na Companhia.

m) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e Lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelas opções de compra de ações do plano de outorga, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

o) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: "Instrumentos financeiros derivativos que não tenham sido classificados como contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa".

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos financeiros derivativos designados como contabilidade de *hedge* com finalidade de proteção de fluxo de caixa e de redução à exposição cambial. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: "Swap das *Notes Units* emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH".

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado
Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado
Os ativos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de *hedge* de fluxo de caixa.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Os ativos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.
- Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber. A Companhia mensura a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou quando aplicável, uma parcela do ativo financeiro) é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa desse ativo expiram ou mediante transferência de seu controle a terceiros e cessão de seus direitos em receber fluxos de caixa, na qual a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo bem como não tenha retido substancialmente tais riscos e benefícios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Passivos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento Inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os passivos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é definitivamente extinta por meio da liquidação, compensação, cancelamento ou expiração do passivo. O resumo da classificação é como segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (Contabilidade de Hedge)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Outros passivos financeiros	Custo amortizado

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção de fluxo de caixa (cash flow hedge accounting)

A Companhia, através de sua controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, possui instrumentos financeiros derivativos contratados para administrar sua exposição aos riscos de taxa de câmbio e designadas como instrumentos de proteção em relação de hedge do fluxo de caixa.

No início dessas relações de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, juntamente com seus objetivos e sua estratégia de gestão de riscos para contratação de instrumentos derivativos. Além disso, no início do hedge, e em base contínua, a Companhia documenta se:

- Há uma relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, ou seja, há compensação das variações nos fluxos de caixa, atribuíveis ao risco protegido, do objeto e do instrumento de hedge; e
- O efeito do risco de crédito não prevalece sobre as variações no valor resultantes daquela relação econômica.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos que são designados e qualificados como hedges de fluxos de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada em "Reserva de hedge de fluxo de caixa", limitada à variação acumulada do valor justo do objeto de hedge desde o início da relação. Eventuais ganhos ou a perdas relacionados à parcela não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado nos períodos nos quais o objeto de hedge afeta o resultado, na mesma linha que o objeto de hedge reconhecido.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. Qualquer ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes e acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa naquela data permanece no patrimônio líquido e é reclassificado para o resultado apenas quando ocorre a transação projetada. Quando não se espera mais que a transação projetada ocorra, o ganho ou a perda acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa é reclassificada imediatamente para o resultado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos:				
No Brasil	12.877	26.671	14.786	29.797
No exterior	-	-	803.659	909.921
	12.877	26.671	818.445	939.718
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	239.660	643.134	253.641	644.251
No exterior	-	-	16.028	21.470
	239.660	643.134	269.669	665.721
Total	252.537	669.805	1.088.114	1.605.439

Operações	Rentabilidade média em 31/12/2021	Liquidez	País	Controladora		Consolidado	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de Depósito Bancário - CDB	102,1% CDI	Imediata	Brasil	117.006	626.368	125.471	627.485
Debêntures compromissadas	94,6% CDI	Imediata	Brasil	122.654	16.766	128.170	16.766
Aplicação em pesos mexicanos	3,1% a.a.	Imediata	México	-	-	10.991	194
Aplicação em liras turcas	24,7% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	5.037	21.276
Total				239.660	643.134	269.669	665.721

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
No Brasil	397.228	263.879	413.142	286.808
No exterior	26.264	8.990	1.309.038	1.117.029
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	78.435	64.492	28.815	20.997
Provisão para perdas de crédito esperadas	(6.824)	(6.415)	(19.081)	(18.880)
Total	495.103	330.946	1.731.914	1.405.954

Movimentação da provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(6.415)	(2.883)	(18.880)	(9.967)
Valores recuperados	8.372	3.230	16.036	16.417
Valores baixados como incobráveis	2.884	801	4.264	4.782
Complementos	(11.665)	(7.563)	(18.346)	(26.783)
Variação cambial	-	-	(2.155)	(3.329)
Total	(6.824)	(6.415)	(19.081)	(18.880)

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	419.980	289.229	1.560.513	1.276.470
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	60.687	28.961	123.578	98.085
De 31 a 60 dias	5.220	2.490	21.513	13.682
De 61 a 90 dias	8.340	1.601	15.630	6.900
De 91 a 180 dias	2.545	3.761	20.870	9.128
Acima de 180 dias	5.155	11.319	8.891	20.569
Total	501.927	337.361	1.750.995	1.424.834

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	103.101	50.447	749.083	501.504
Produtos em elaboração e semiacabados	236.444	105.486	631.753	345.534
Ferramentais para revenda em elaboração	55.146	39.856	147.321	99.474
Matérias-primas	338.717	121.733	1.305.743	423.486
Materiais auxiliares e embalagens	104.903	81.071	470.090	425.880
Adiantamentos a fornecedores	15.507	34.976	25.673	56.699
Importações em andamento	19.061	2.701	19.789	7.327
Provisão para perdas	(37.763)	(19.844)	(152.758)	(111.407)
Total	835.116	416.426	3.196.694	1.748.497

Movimentação da provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(19.844)	(20.841)	(111.407)	(67.608)
Movimentação	(17.919)	997	(38.798)	(27.390)
Variação cambial	-	-	(2.553)	(16.409)
Total	(37.763)	(19.844)	(152.758)	(111.407)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	78.548	27.778	133.468	77.132
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	39.467	26.077	45.631	31.829
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	325	445	319	747
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	3.142	3.259	4.355	4.441
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (i)	252.529	5.518	363.617	105.573
Programa de Integração Social - PIS (i)	54.667	1.141	78.673	22.857
Outros	697	728	2.991	1.939
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	165.625	70.732
Turquia	-	-	29.614	33.635
Índia Alumínio	-	-	14.322	28.111
Alemanha	-	-	12.240	7.900
Taiilândia	-	-	12.028	4.724
Outros países	-	-	7.875	2.226
Total	429.375	64.946	870.758	391.846
Circulante	190.414	51.571	500.695	239.884
Não circulante	238.961	13.375	370.063	151.962

(i) Em 13 de maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os embargos declaratórios interpostos pela União e decidiu pela validade da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706. Os ministros do STF também esclareceram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo dessas contribuições é o ICMS destacado na nota fiscal. Referida decisão embasou o reconhecimento em junho dos créditos de PIS e Cofins do período de 2012 a 2021 relativos à ação judicial em nome da Controladora, o que foi corroborado pelo trânsito em julgado da ação ocorrido em julho desse ano. Os efeitos da decisão foram apurados com o suporte de consultores tributários externos e resultaram no reconhecimento, em junho de 2021, de R\$ 249.649, sendo R\$ 191.253 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais" e R\$ 58.395 na rubrica de "receita financeira". Mediante a decisão definitiva do STF, a Companhia também reconheceu créditos de PIS e Cofins relativos ao período posterior ao trânsito em julgado da ação judicial de uma de suas subsidiárias, que corresponde aos meses de setembro de 2019 a junho de 2021, no valor de R\$ 6.794, sendo R\$ 6.496 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais" e R\$ 209 na rubrica de "receita financeira". Em 2019, a Companhia, por meio de uma de suas subsidiárias, ingressou com

pedido de execução de sentença referente a uma ação judicial transitada em julgado naquele ano, momento em que constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o valor em discussão. Diante da recente decisão do STF, que pacificou a discussão sobre qual ICMS não se inclui na base de cálculo das contribuições, o pedido que tramita no Judiciário será encerrado, o que levou à reversão dos referidos imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no valor atualizado de R\$ 14.714. Em setembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 10.332 de crédito adicional de PIS e Cofins, sendo R\$ 10.083 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais" e R\$ 249 na rubrica de "receita financeira". Em dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 20.276 de crédito de PIS e Cofins referente ao período de julho a novembro de 2021 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais", dos quais R\$ 19.058 são referentes à Controladora e R\$ 1.219, à uma de suas subsidiárias.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízos fiscais	71.408	109.198	200.178	253.642
Base negativa de contribuição social	30.768	44.343	46.450	61.723
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	23.396	21.309	53.023	35.597
Provisão para participação nos resultados	25.490	2.791	25.490	2.791
Crédito de pagamentos efetuados no exterior	-	55.448	-	55.448
Provisão para perdas nos estoques	12.839	6.747	26.082	17.429
Provisão para expectativa de perdas de créditos	2.410	2.450	23.447	13.266
Provisão para passivo atuarial	-	-	98.197	115.089
Propriedade intelectual	-	-	75.046	81.903
Diferido sobre mais valia	18.899	16.775	18.899	16.775
Diferença de depreciação e amortização	(99.448)	(95.976)	(354.065)	(362.291)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(25.314)	(33.604)	(25.314)	(33.604)
Amortização fiscal de ágio	(40.465)	(40.465)	(40.465)	(40.465)
Outros	21.124	7.177	55.424	26.673
Total	41.107	96.193	202.392	243.976
Ativo tributário diferido líquido	41.107	96.193	323.117	419.156
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(120.725)	(175.180)

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social - consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
Iochpe Maxion S.A. (controladora)	102.176	153.541
Maxion Wheels do Brasil Ltda. (i)	58.393	64.808
Iochpe-Maxion Austria e controladas (i)	86.059	97.016
Total	246.628	315.365

(i) Conforme nota explicativa nº 2, seção "Reorganizações societárias", em 2021, a entidade Maxion Wheels do Brasil Ltda. passou a ser controlada direta da Controladora, por este motivo a tabela acima foi segregada para melhor comparabilidade.

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações, gerados por algumas de suas controladas no exterior, conforme segue:

País	Valor (i)(j)	Prescrição	Limite por ano	31/12/2021	31/12/2020
				Valor (i)(j)	Valor (i)(j)
Estados Unidos da América - Federal (i) (v)	870.886	2026 a 2034	(iv)	972.776	
Estados Unidos da América - Estadual (i) (v)	292.875	2022 a 2033	(ii)	299.207	
China (i)	31.985	2022 a 2025	-	45.118	
Espanha (i)	244.315	Não há	25% a 50%	199.281	
África do Sul (i)	149.088	Não há	Não há	132.750	
Taiilândia (i)	60.225	2025 a 2026	Não há	51.114	
Austria (i)	101.187	Não há	75%	71.978	
Índia (i)	162.792	2026 a 2029	Não há	142.945	
Total	1.913.353			1.915.169	

(i) Por não haver ainda projeções suficientes de lucros tributáveis, não foram reconhecidos os créditos tributários diferidos do imposto de renda nas referidas controladas.

(ii) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.

(iii) Créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos convertidos pela taxa de câmbio final naquela data.

(iv) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a Lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.

(v) Conforme nota explicativa nº 2, seção "Reorganizações societárias", a controlada indireta Iochpe Holdings LLC foi oficialmente liquidada perante as autoridades norte-americanas competentes em 2 de novembro de 2021, causando a extinção de créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos no montante total de R\$ 137.303.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovadas pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2021, nos seguintes exercícios:

	R\$
2022	16.904
2023	57.890
2024	70.675
2025	16.984
2026	14.215
2027 até 2031	69.960
Total	246.628

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Avais concedidos

A Companhia, através de sua controladora, mantém os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas e seus negócios em conjunto, referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 15:

Controladas	31/12/2021	31/12/2020
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	274.127	267.804
Iochepe Holdings, LLC e suas controladas (i)	-	880.069
Iochepe-Maxion Austria GmbH (i)	2.015.916	1.063.079
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	137.348	212.290
Maxion Wheels Czech s.r.o.	124.596	-
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	424.161	214.484
Negócios em conjunto	31/12/2021	31/12/2020
Maxion Montich do Brasil Ltda.	-	11.312

(i) Variações em relação a 31 de dezembro de 2020 decorrem principalmente da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 2.

d) Empréstimos *intercompany*

As controladas possuem empréstimos entre elas, conforme demonstrado abaixo. Taxas, condições e prazos de pagamentos são tratados como se as controladas atuassem como entidades distintas e separadas. Os montantes são utilizados pelo próprio tomador para suprir necessidades de capital de giro.

Cedente	Tomador	Natureza	31/12/2021		
			Taxa	Moeda	Total
Curto prazo					
Maxion Wheels Czech s.r.o.	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	5,330%	CZK	148.719 mil
Iochepe-Maxion Austria GmbH	Maxion Wheels Czech s.r.o.	Capital de giro	5,330%	CZK	83.941 mil
Iochepe-Maxion Austria GmbH	Maxion Wheels Czech s.r.o.	Capital de giro	2,450%	EUR	6.463 mil
Iochepe-Maxion Austria GmbH	Maxion Wheels Espana S.L.	Capital de giro	2,450%	EUR	881 mil
Maxion Wheels Holding GmbH	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	4.216 mil
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	6.982 mil
Maxion Wheels Werke GmbH	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	3.771 mil
Maxion Wheels Werke GmbH	Maxio Wheels Holding GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	22.205 mil
Maxion Wheels Werke GmbH	Maxion Wheels Königswinter GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	6.081 mil
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co KG	Maxion Wheels Werke GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	4.514 mil
Maxion Wheels Königswinter GmbH	Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co KG	Capital de giro	2,450%	EUR	117 mil
Maxion Wheels Königswinter GmbH	Maxio Wheels Holding GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	138 mil
Maxion Wheels Immobilien GmbH & Co KG	Maxio Wheels Holding GmbH	Capital de giro	2,450%	EUR	3.941 mil
Longo prazo					
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Maxion Wheels Espana S.L.	Capital de giro	2,957%	EUR	290 mil
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	2,750%	EUR	12.339 mil
Iochepe-Maxion Austria GmbH	Maxion Wheels Czech s.r.o.	Capital de giro	2,750%	EUR	19.434 mil
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	Capital de giro	5,560%	USD	17.447 mil
Maxion Wheels Werke GmbH	Iochepe-Maxion Austria GmbH	Capital de giro	2,500%	EUR	10.008 mil

11. INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Participação em controladas	3.915.822	3.467.013	-	-
Participação em coligadas	85.738	78.647	85.738	78.647
Participação em negócios em conjunto	52.928	16.463	52.928	16.463
Subtotal de investimentos	4.054.488	3.562.123	138.666	95.110
Outros investimentos	168	168	168	173
Total de investimentos	4.054.656	3.562.291	138.834	95.283

b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital (Redução)	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo em 31/12/2021
							31/12/2021
Iochepe Maxion Austria GmbH (i)	3.370.120	132.744	199.386	33.411	52.875	(332.815)	3.455.721
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	93.153	-	10.099	-	5.308	-	108.560
Remon Resende Montadora Ltda.	1.156	-	-	-	1.035	-	2.191
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	-	20.000	-	-	(2.377)	332.815	350.438
DongFeng Maxion Wheels Limited (iii)	47.118	-	4.554	-	(9.024)	-	42.648
Maxion Montich S.A. (ii) (iii)	16.463	-	137	-	27.494	8.834	52.928
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (iii)	31.529	-	-	-	15.409	(3.848)	43.090
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	2.584	-	(8)	-	(3.664)	-	(1.088)
Total	3.562.123	152.744	214.168	33.411	87.056	4.986	4.054.488

- (i) Em janeiro, março, julho e novembro de 2021, foram efetuados aumentos de capital nos montantes de R\$ 18.454 (€2.900mil), R\$ 42.546 (€6.350mil), R\$ 24.158 (€4.050mil) e R\$ 47.585 (€7.600mil), respectivamente.
- (ii) Impactos decorrentes da economia argentina que foi declarada como hiperinflacionária representaram um aumento no patrimônio líquido da Maxion Montich no montante de R\$ 8.834, sendo 50% desse valor refletido no aumento do investimento com a sua contrapartida em reserva de capital.
- (iii) Controladas em conjunto e coligadas consideradas na controladora e no consolidado pelo método de equivalência patrimonial.

	Saldo em 31/12/2019	Aumento de capital (Redução)	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldo em 31/12/2020
							31/12/2020
Iochepe Maxion Austria GmbH	2.854.809	239.769	693.103	(14.251)	(403.310)	-	3.370.120
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	75.373	-	27.187	-	(9.407)	-	93.153
Remon Resende Montadora Ltda.	1.007	-	-	-	149	-	1.156
DongFeng Maxion Wheels Limited	34.395	-	12.776	-	(53)	-	47.118
Maxion Montich S.A.	8.749	-	(594)	-	1.841	6.467	16.463
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	31.296	-	-	-	(130)	363	31.529
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	5.180	-	1.200	-	(3.796)	-	2.584
Total	3.010.809	239.769	733.672	(14.251)	(414.706)	6.830	3.562.123

c) Informações das empresas controladas, negócios em conjunto e coligadas

	31/12/2021								
	Numero de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido			
Iochepe Maxion Austria GmbH (i)	-	100	10.631.340	6.820.332	2.245.022	3.455.721	355.287	9.835.961	52.875
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	156.522	47.963	498.667	108.559	-	122.102	5.308
Remon Resende Montadora Ltda. (ii)	90	100	2.694	503	90	2.191	-	3.524	1.035
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	-	100	425.947	75.509	311.990	350.438	-	66.995	(2.377)
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	245.727	259.064	192.273	(13.337)	-	298.189	(44.900)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	271.383	165.393	5.786	105.855	135	575.464	54.987
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28.274.461	19,50	567.834	346.858	153.683	112.698	108.278	486.010	79.021
DongFeng Maxion Wheels Limited (i)	-	50	235.044	149.748	103.687	42.648	42.648	7.439	(18.048)

- (i) De acordo com as respectivas legislações locais, não existe a figura de quantidade de ações ou cotas.
- (ii) Foram utilizadas as informações contábeis na data-base 30 de novembro de 2021.

	31/12/2020								
	Numero de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
			Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido			
Iochepe Maxion Austria GmbH	-	100	9.582.858	5.869.679	2.131.933	3.370.120	343.059	6.941.272	(403.310)
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	100	115.685	22.532	450.940	93.153	-	50.609	(9.407)
Remon Resende Montadora Ltda.	90	100	1.571	415	90	1.156	-	2.057	149
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	-	8,15	234.727	203.065	198.797	31.662	-	220.406	(46.524)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	185.428	152.435	4.764	32.926	67	221.567	3.681
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	28.274.461	19,50	448.427	286.743	153.683	82.459	79.225	362.799	(669)
DongFeng Maxion Wheels Limited	-	50	123.336	29.100	93.763	47.118	47.118	623	(106)

d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação de não controladores	
			31/12/2021	31/12/2020
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais existem participação de acionistas não controladores estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	646.296	665.790	289.528	278.694	265.553	184.832
Ativo não circulante	465.171	467.561	126.810	139.751	134.006	141.733
Total do ativo	1.111.467	1.133.351	416.338	418.445	399.559	326.565
Passivo circulante	417.875	468.812	188.057	183.899	227.688	167.346
Passivo não circulante	68.665	75.964	21.011	25.625	14.696	16.035
Patrimônio líquido	624.927	588.575	207.070	208.921	157.175	143.184
Total do passivo e patrimônio líquido	1.111.467	1.133.351	416.338	418.445	399.559	326.565
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	1.554.630	1.234.734	684.327	448.153	504.658	223.169
Custo dos produtos vendidos	(1.244.508)	(991.971)	(542.351)	(355.600)	(465.451)	(223.816)
Lucro bruto	310.122	242.763	141.976	92.553	39.207	(647)
Despesas operacionais, líquidas	(92.739)	(57.001)	(50.222)	(30.675)	(30.815)	(19.540)
Impostos sobre o lucro	(58.574)	(49.909)	(28.617)	(12.491)	(2.128)	5.323
Lucro líquido do exercício	158.809	135.853	63.137	49.387	6.264	(14.864)
Resumo do fluxo de caixa						
Operacional	239.913	224.000	69.384	72.013	(14.209)	39.523
Investimentos	(63.681)	(27.686)	(15.995)	(26.048)	(1.085)	(8.509)
Financiamentos	(274.543)	(17.389)	(115.894)	(5.512)	42.928	(19.764)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(793)	7.275	2.942	17.698	2.311	3.344
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(99.104)	186.200	(59.563)	58.151	29.945	14.594

Em 2020, a Turquia implementou uma proibição parcial e temporária para pagamento de dividendos aos acionistas até 31 de dezembro de 2020. Considerando tal decisão, o pagamento do saldo remanescente referente a exercício de 2019 no montante de R\$ 91.243 foi efetuado apenas no dia 5 de janeiro de 2021. Em 2021, foram pagos a titulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$ 46.720 e R\$ 27.678 nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S., respectivamente.



12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (I)	Peças de reposição de máquinas			Total
					Fermentais	Outros	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	166.953	533.791	26.452	110.881	24.336	23.026	42.697	928.136
Adições	-	253	-	58.986	1.356	-	16.316	76.911
Baixas líquidas	-	(5.105)	-	-	(2.632)	(10)	(3.140)	(10.887)
Depreciação	(8.367)	(37.365)	-	-	(1.705)	(1.095)	(8.236)	(56.768)
Transferências	25.212	412	-	(22.676)	5	(14.082)	10.169	(960)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	183.798	491.986	26.452	147.191	21.360	7.839	57.806	936.432
Adições	-	483	-	116.480	-	-	3	14.932
Baixas líquidas	(1.195)	(7.538)	-	-	-	47	(1.263)	(10.043)
Depreciação	(12.346)	(34.821)	-	-	(1.659)	(900)	(8.045)	(57.771)
Transferências	56.429	(16.954)	-	(43.478)	120	160	3.613	(108)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Consolidado	Indexador	Taxa anual de juros - %	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar (ii)		
					31/12/2021	31/12/2020	
Moeda nacional							
Cédula de Crédito Bancário (iv)	CDI	2,03	Março de 2022	-	-	218.436	387.137
FINEP	TJLP	2,00	Junho de 2022	-	-	1.421	4.291
Nota de Crédito à Exportação - NCE (iv)	CDI	2,30	Janeiro de 2023	-	-	271.619	414.992
Nota Promissória	-	-	-	-	-	-	99.954
Operações com <i>Forfait</i> (v)	-	11,99	Março de 2022	-	-	264.114	184.141
FINAME (i) (vi)	Selic	0,96	Maio de 2028	90	(838)	329.524	-
Subtotal de moeda nacional				90	(838)	1.085.114	1.090.515
Moeda estrangeira							
Empréstimo de longo prazo - US\$ (i) (vii)	Libor 6m	2,20	Novembro de 2024	9.957	(7.621)	190.337	235.751
Empréstimo de longo prazo - rupia (x)	MCLR	0,15	Janeiro de 2026	229	-	125.865	139.965
<i>Syndicate</i> - euro	-	-	-	39.084	-	-	1.246.613
<i>Sustainability-linked Notes</i> - dólar norte-americano (iii)	-	5,00	Maio de 2028	864	(8.567)	328.728	-
<i>Sustainability-linked Notes</i> - euro (ii) (iii)	-	3,50	Maio de 2028	4.734	(48.072)	1.863.522	-
Capital de giro - dólar norte-americano	-	-	-	-	-	-	31.853
Capital de giro - dólar norte-americano (viii)	Libor 1m	1,80	Abril de 2022	-	-	83.790	-
Capital de giro - dólar norte-americano (ix)	-	4,50	Janeiro de 2022	-	-	95.433	214.485
Capital de giro - euro	-	-	-	-	-	-	359.031
Capital de giro - euro (xi) (xii) (xiii) (xiv)	-	2,23	Janeiro de 2027	936	(860)	347.530	410.599
Capital de giro - rupia (i)	-	5,17	Setembro de 2022	-	-	42.875	-
Capital de giro - rupia (x)	MCLR	0,15	Setembro de 2022	-	-	11.482	72.325
Capital de giro - baht	-	2,94	Fevereiro de 2022	-	-	107.294	89.574
Subtotal de moeda estrangeira				55.804	(65.120)	3.196.856	2.800.196
Total de empréstimos e financiamentos				55.894	(65.958)	4.281.970	3.890.711
Debêntures simples da 8ª emissão	CDI	1,40	Março de 2023	11.447	(7.229)	453.058	443.310
Debêntures simples da 9ª emissão - 1ª série	CDI	0,75	Fevereiro de 2024	7.134	(9.419)	339.112	332.634
Debêntures simples da 9ª emissão - 2ª série	CDI	0,95	Fevereiro de 2026	2.102	(4.462)	110.020	109.216
Debêntures simples da 10ª emissão	CDI	0,75	Setembro de 2024	5.125	(9.948)	348.050	344.518
Total de debêntures				25.800	(31.058)	1.250.240	1.229.678
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				81.702	(97.016)	5.532.210	5.120.389
Passivo circulante						1.510.193	1.933.096
Custos a amortizar						(28.412)	(25.532)
Total						1.481.781	1.907.564
Passivo não circulante						4.119.033	3.259.589
Custos a amortizar						(68.604)	(46.764)
Total						4.050.429	3.212.825

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o financiamento captado pela controladora Engenharia e Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., é garantido pela controladora direta lochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V. com saldo atual de R\$ 190.337, através das ações da própria controladora. O financiamento captado pela controladora Kalyani Maxion Wheels Private Limited, com saldo atual de R\$ 42.875, é garantido pelos recebíveis da própria controladora. O financiamento captado pela Companhia com BNDES e BDMG, com saldo atual de R\$ 329.525, é garantido pelo imobilizado das plantas de Limeira e Contagem.
- (ii) Os recursos líquidos captados por meio das *Sustainability-Linked Notes Units* foram 100% utilizados para alongar o perfil de endividamento da Companhia, mediante o pagamento do empréstimo sindicalizado (*Syndicate* - Euro) e certas dívidas da Companhia e de suas controladas.
- (iii) Para mitigar o risco de variação cambial, a subsidiária lochpe-Maxion Austria contratou instrumento financeiro derivativo. Maiores detalhes na seção "Sustainability-linked Notes Units" abaixo e na nota explicativa nº 29 Gestão de risco.
- (iv) Representa o valor nominal de R\$ 487.000 decorrente de empréstimo captado pela Companhia durante os anos de 2020 e 2021, com os bancos: ABC Brasil, Banco do Brasil, Bocom, Itaú, Santander e Votorantim. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo destes empréstimos no consolidado é de R\$ 490.055.
- (v) Operação de cessão de crédito ("forfait"), contratado com os bancos: Itaú, Santander e Votorantim, com taxas de juros de 11,99% ao ano. A movimentação líquida de *Forfait* no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 79.973. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é de R\$ 264.114.
- (vi) Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato referente a cédula de crédito bancário - CCB no valor de R\$ 75.000, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Esta nova linha possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada em abril de 2021.
- (vii) Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$ 245.000, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta nova linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo destes empréstimos é de R\$ 329.525.
- (viii) Representa o valor nominal de US\$ 36.540 mil decorrente de empréstimo captado por meio da controladora indireta Engenharia Y Maquinaria de Guadalupe S.A. de C.V. ("Inmagusa") com o Itaú BBA International PLC, cujo prazo de vencimento final previsto é 27 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, representa o saldo no consolidado de R\$ 190.337. Esse empréstimo possui obrigações contratuais conforme descritas na seção "Debêntures".
- (ix) Em 19 de julho de 2021, a controlada Engenharia e Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. captou empréstimo de capital de giro de US\$ 10.000 com taxa Libor de 3m + 1,80% a.a., e vencimento para 15 de outubro de 2021. Em 15 de outubro de 2021, o montante supracitado foi renovado e acrescentado US\$ 5.000 com taxa Libor de 1m + 1,80% a vencimento em 13 de abril de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é de R\$ 83.790.
- (x) Representa o valor nominal de US\$ 17.000 mil decorrente de empréstimo de Capital de Giro captado por meio da controlada indireta Maxion Wheels de México S. de R.L. De C.V. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$ 95.433.
- (xi) Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rupia com taxa de MCLR ("Marginal Cost of Funds Based Lending Rate") + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 137.347. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo desse empréstimo é de R\$ 212.290.
- (xii) Em abril de 2020 a controlada lochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo de capital de giro, no montante de €24.000 mil com vencimento para janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste empréstimo é de R\$ 152.394.
- (xiii) Em maio de 2020 a controlada indireta Maxion Wheels España S.L. contratou empréstimo de capital de giro no montante de €6.500 mil, com vencimento mensal, iniciando em junho de 2022 e encerrando em maio de 2025. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste empréstimo é de R\$ 41.087. O valor remanescente de R\$ 4.293 se refere empréstimo captado em julho de 2011 com vencimento final em janeiro de 2027.
- (xiv) Em agosto de 2020, a controlada indireta Maxion Wheels Italia S.r.l., contratou empréstimo de capital de giro no montante de €5.000 mil, com vencimento trimestral, iniciando em fevereiro de 2021 e encerrando em agosto de 2025. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo deste empréstimo é R\$ 25.161.
- (xv) Em setembro e outubro de 2020, a controlada indireta Maxion Wheels Czech s.r.o., contratou empréstimos de capital de giro no montante de €10.000 mil e €10.000 mil respectivamente, com vencimento para janeiro de 2022, e em dezembro de 2021 este empréstimo foi renovado com vencimento para julho de 2023. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo destes empréstimos é R\$ 124.596.

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$ 620.000, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta nova linha de crédito também possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência, mas até a data de publicação destas demonstrações financeiras esta linha de crédito não foi sacada.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.268.328	3.061.583
Captações	947.000	2.462.923
Provisão de juros e variação cambial	91.614	197.763
Amortização do principal	(74.891)	(1.269.204)
Pagamento de juros	(79.237)	(158.702)
Custo a amortizar	(22.066)	(48.715)
Variação cambial na conversão	-	690.600
Reclassificação operação "forfaiting"	184.141	184.141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.314.889	5.120.389
Captações	925.000	3.741.463
Provisão de juros e variação cambial	172.795	359.280
Amortização do principal	(997.924)	(3.549.810)
Pagamento de juros	(140.475)	(276.624)
Custo a amortizar	(18.904)	(82.696)
Variação cambial na conversão	-	140.245
Reclassificação operação "forfaiting"	79.973	79.973
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.335.354	5.532.210

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2023	711.714	970.711
2024	403.836	516.674
2025	120.249	139.354
2026	120.249	121.229
2027	65.660	66.376
2028 em diante	50.716	2.236.085
Total	1.472.424	4.050.429

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia no valor líquido de R\$ 467.695 (R\$ 1.009.893 em 31 de dezembro de 2020).

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) debêntures simples de 8ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, (ii) debêntures simples de 9ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em duas séries, e (iii) debêntures simples de 10ª emissão - ICVM nº 476; nominativas e escriturais de espécie quirográfica, em série única, e suas emissões foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2021
8ª emissão	Simple	450.000	26/03/2018	26/03/2023	100% CDI + 1,40% a.a.	453.058
9ª emissão - 1ª série	Simple	338.800	11/02/2019	14/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	339.112
9ª emissão - 2ª série	Simple	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	110.020
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	348.050

Em 16 de abril de 2021, os titulares das debêntures da oitava, nona e décima emissões de debêntures da Companhia, cujo valor de principal, agregado, é de R\$ 1.250.000, aprovaram a concessão de renúncia e perdão prévios para a eventual não observância pela Companhia do índice financeiro em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021 previsto nas escrituras das respectivas emissões, sem que houvesse a configuração de evento de inadimplemento nos termos das respectivas escrituras de emissão, sob determinadas condições resolutivas, conforme indicado nas atas das respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas disponíveis nas páginas da Companhia (<http://www.iochpe.com.br>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br> - Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores.

Em 28 de maio de 2021, a Companhia e sua controlada Engenharia e Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. obtiveram renúncia e perdão prévios para eventual não observância pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021, sem que houvesse a configuração de evento de inadimplemento nos termos do contrato de financiamento com o Itaú BBA Internacional PLC, cujo valor de principal é US\$ 42,6 milhões, também sob determinadas condições resolutivas.

Dentre tais condições resolutivas, destacam-se: (i) inadimplemento do pagamento de vantagem adicional (prêmio); (ii) a não observância pela Companhia de índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) de: (a) ≤ 5,25x em 30 de junho de 2021 e (b) ≤ 4,75x em 31 de dezembro de 2021; (iii) a não observância pela Companhia de índice de liquidez (resultante da divisão do caixa e equivalentes de caixa pela dívida de curto prazo), equivalente a 0,5 vez em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; (iv) a distribuição ou pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia até 31 de dezembro de 2021; e (v) a oeração de ativos da Companhia (sujeita a certas exceções).

Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou ao agente fiduciário das emissões de debêntures e à instituição financeira credora do referido financiamento a realização da condição resolutiva prevista no item (iv) acima, uma vez que a Companhia, em reunião do seu Conselho de administração ocorrida em 21 de dezembro de 2021, deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, imputando-os integralmente ao dividendo obrigatório do exercício social de 2021.

Não obstante a realização da referida condição resolutiva, não ocorreu evento de inadimplemento nos termos das respectivas escrituras de emissão ou do referido contrato de financiamento, uma vez que a Companhia observou na então mais recente data de referência, ou seja, em 30 de junho de 2021, o índice financeiro calculado nos termos dos referidos instrumentos.

Portanto, a partir de 21 de dezembro de 2021, essas dívidas voltaram a estar sujeitas às suas cláusulas restritivas originais, pactuadas de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem a manutenção de índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) ≤ 3,50x em 31 de dezembro de 2021 e mensurações subsequentes, tomando como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas cláusulas.

Sustainability-linked Notes Units

Em 7 de maio de 2021, a Companhia concretizou a emissão de *Notes Units* vinculadas a cláusulas de ESG (Environmental, Social and Governance) no mercado internacional no montante de principal agregado de US\$ 400.000, sendo US\$ 340.000 em *Senior Notes* da lochpe-Maxion Áustria e US\$ 60.000 em *Senior Notes* da Maxion Wheels de México. Essas *Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 7 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$.

Em relação às cláusulas de ESG, a partir de 7 de novembro de 2022, a taxa de juros a pagar será aumentada em 25 pontos base para 5,25% ao ano, a menos que a Companhia comunique o agente fiduciário pelo menos 30 dias antes da referida data que, em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2020, que a meta de redução de 30% da emissão de CO₂ foi atingida.

Adicionalmente, para proteger-se do risco cambial, a subsidiária lochpe-Maxion Áustria, a qual possui moeda funcional Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap* (*swap*), usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro.



As *Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas a realização de certas operações até sua efetiva liquidação, com destaque para ocorrência da relação entre a dívida líquida ajustada e o EBITDA ajustado dos últimos doze meses igual ou menor à: (i) 6,50 entre 7 de maio de 2021 e 11 de agosto de 2021, (ii) 4,50 entre 12 de agosto de 2021 e 15 de agosto de 2022; e (iii) 3,50 após esta data. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
No País	314.941	183.049	325.748	194.509
No exterior	6.284	5.175	1.943.710	1.268.978
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	12.819	107	-	107
Total	334.044	188.331	2.269.458	1.463.594

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda de controladas no exterior	-	-	138.495	33.222
ICMS	2.660	1.626	3.569	2.809
IPI	1.286	899	1.302	900
Cofins	22	219	30	225
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	21.045	5.821	22.608	13.617
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre a receita bruta	958	463	957	464
Outras	1.082	184	5.152	3.044
IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	42.979	33.300
Itália	-	-	4.982	2.146
Outros países	-	-	475	1.141
Total	27.053	9.212	220.549	90.868

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários	20	2.257	109.696	112.702
Encargos sociais	15.719	22.951	71.414	72.062
Férias	70.538	46.696	111.950	82.249
Participação nos resultados	73.865	7.729	214.888	51.619
Total	160.142	79.633	507.948	318.632

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis</			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Não obstante, embora os assessores jurídicos da Companhia avaliem que a probabilidade de perda em última instância judicial seja remota, visando evitar ações judiciais sobre o tema, bem como o desgaste e custos delas decorrentes, e considerando o valor envolvido, a Companhia vem buscando um acordo extrajudicial com as autoridades fiscais mexicanas para pôr fim à discussão ainda na esfera administrativa, sendo sua melhor estimativa para a finalização de tal acordo o montante aproximado de R\$ 150.000, conforme divulgado no fato relevante de 14 de julho de 2021. A concretização do potencial acordo está sujeita à aprovação pelas autoridades fiscais mexicanas. Somente após anuência das autoridades, o montante final correspondente será reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Na hipótese de o acordo antes mencionado não obter a aprovação final das autoridades fiscais mexicanas, a Companhia pretende defender os seus interesses na esfera judicial.

Depósitos judiciais vinculados à provisão - consolidado

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas relacionados a quantias depositadas para discussão judicial em processos que apresentam chance de perda classificada como provável, as quais serão mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 50.289 (R\$ 46.144 em 31 de dezembro de 2020).

20. PASSIVO ATUARIAL DE PLANO DE PENSÃO

a) Contribuição definida - Plano de suplementação de aposentadoria Controladora

A Companhia patrocinadora desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. Em 31 de dezembro de 2021, participam desse plano 4.983 colaboradores da Companhia (4.885 em 31 de dezembro de 2020). As contribuições efetuadas pela Companhia totalizaram R\$ 2.543 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.654 em 31 de dezembro de 2020).

Maxion Wheels

A controlada indireta Maxion Wheels patrocinadora um plano de suplementação de aposentadoria, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. A contribuição da controlada totalizou R\$ 3.462 (R\$ 3.871 em 31 de dezembro de 2020).

b) Benefício definido - Plano de suplementação de aposentadoria e assistência médica pós-emprego - Consolidado

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocinadora determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego ("Outros planos"), bem como seguros de vida. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundo das leis internacionais e dos regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

Movimentação no valor presente do benefício definido

Obrigações do benefício definido	31/12/2021					31/12/2020						
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total		
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México				
Obrigações assumidas no início do exercício	(623.736)	(38.709)	(10.908)	(109.752)	(783.105)	(444.011)	(28.386)	(7.493)	(85.698)	(565.588)		
Benefícios pagos pelo plano	32.897	2.392	-	7.098	42.387	31.612	2.948	-	4.835	39.395		
Custo do serviço correntes e juros	(12.314)	(466)	(1.398)	(17.063)	(31.241)	(13.134)	(549)	(1.143)	(14.725)	(29.551)		
Efeito de mudança de premissas financeiras	33.847	(126)	2.423	6.769	42.913	(20.406)	(109)	(1.052)	(805)	(22.372)		
Efeito de ajuste de experiência	7.785	4.621	(715)	(3.982)	7.709	3.155	(1.135)	581	(1.822)	779		
Varição cambial da conversão das demonstrações financeiras	4.952	282	(494)	19.349	24.089	(180.952)	(11.478)	(1.801)	(11.537)	(205.768)		
Obrigações do benefício definido no fim do exercício	(556.569)	(32.006)	(11.092)	(97.581)	(697.248)	(623.736)	(38.709)	(10.908)	(109.752)	(783.105)		
Valor justo dos ativos do plano	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2021			31/12/2020		
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total		
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México				
Ativos do plano no início do exercício	45.038	27.551	1.559	7.028	81.176	23.544	19.376	1.227	5.510	49.657		
Receita financeira	180	106	96	346	728	234	174	96	420	924		
Contribuições pagas aos planos	39.769	237	-	7.831	47.837	37.962	1.889	-	4.485	44.336		
Benefícios pagos pelos planos	(32.897)	(2.392)	-	(7.098)	(42.387)	(31.612)	(2.948)	-	(4.835)	(39.395)		
Retorno esperado dos ativos dos planos	(2.361)	(3.406)	(52)	19	(5.800)	4.388	1.139	(43)	12	5.496		
Varição cambial da conversão das demonstrações financeiras	(1.397)	(192)	73	415	(1.101)	(10.522)	7.921	279	1.436	20.158		
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	48.332	21.904	1.676	8.541	80.453	45.038	27.551	1.559	7.028	81.176		
Total do passivo não circulante	(508.237)	(10.102)	(9.416)	(89.040)	(616.795)	(578.698)	(11.158)	(9.349)	(102.724)	(701.929)		
Custo líquido do benefício	31/12/2021			31/12/2020			31/12/2021			31/12/2020		
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total		
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México				
Custo do serviço	(9.886)	(317)	(720)	(8.599)	(19.522)	(9.190)	(301)	(550)	(8.247)	(18.288)		
Custo financeiro	(2.428)	(149)	(678)	(8.464)	(11.719)	(3.944)	(248)	(593)	(6.478)	(11.263)		
Custo líquido do benefício	(12.314)	(466)	(1.398)	(17.063)	(31.241)	(13.134)	(549)	(1.143)	(14.725)	(29.551)		

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

Média ponderada das premissas utilizadas	Pensão	Outros planos
Taxa de desconto - internacional	2,32%	7,80%
Taxa de aumento de salário - internacional	2,77%	5,00%
Taxa de aumento de inflação - internacional	2,21%	4,00%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2021, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	Pensão	Outros planos
Cenário considerando uma redução na taxa de 50 "basis point" a:	0,53%	10,76%
Aumento na obrigação de benefício definido	37.770	6.618
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	13
Cenário considerando um aumento na taxa de 50 "basis point" a:	1,53%	11,76%
Redução na obrigação de benefício definido	35.592	6.215
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	11	13

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

Em 2021, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 40.006 (R\$ 39.851 em 31 de dezembro de 2020).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e setenta e nove mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações. A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, houve absorção do prejuízo do exercício pela reserva estatutária.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

O prejuízo líquido do exercício de 2020, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros mediante redução da reserva estatutária de investimentos e de capital de giro.

Em 21 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$ 153.216 equivalente a R\$ 1.005.532 por ação ordinária, correspondente ao valor líquido de R\$ 140.374, ou R\$ 0,9212719 por ação ordinária, já deduzido o IRRF, respectivamente.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração na referida data, os JSCP serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2021 nos termos do artigo 42 do estatuto social da Companhia. O pagamento do JSCP e dos dividendos obrigatórios serão realizados até 31 de março de 2022, sendo que o valor dos referidos JSCP não sofrerá atualização monetária alguma.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	537.221	(491.780)
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	5.843	6.171
Total a distribuir	543.064	(485.609)
Destinação do lucro (prejuízo):		
(-) Reserva legal (5%)	(27.153)	-
(-)/+ Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(314.977)	485.609
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (37%)	(200.934)	-
+ Juros sobre o capital imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, líquido de IRRF	140.374	-
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (Saldo)	(60.560)	-
Dividendos propostos	60.560	-
Juros sobre o capital próprio bruto	153.216	-
Total distribuído	213.776	-
Distribuição total	39,4%	-

d) Opções outorgadas reconhecidas

Pagamentos baseados em ações: referem-se ao resultado registrado com o plano de opções de compra de ações do plano 2015 deduzidas do exercício das opções elegíveis. Em 31 de dezembro de 2021, o total de opções canceladas é de 14.643 (15.522 opções em 31 de dezembro de 2020).

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 1.349.827 ações ordinárias destinadas ao atendimento dos planos de outorga de opções no montante de R\$ 28.894 (1.349.827 ordinárias no montante de R\$ 28.894 em 31 de dezembro de 2020), como compromisso de plano de opções de compra de ações e programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$ 20.720, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 15,35 por ação.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituiu em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A "outros resultados abrangentes" é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

g) Reserva legal

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

h) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2021, constitui com os efeitos de correção do balanço em virtude de investimento efetuado na Argentina, decorrente de economia hiperinflacionária, e ágio decorrente da aquisição de participação de minoritários.

22. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 1º de dezembro de 2009, aprovou o plano de outorga de opções de compra de ações para administradores da Companhia, estando as condições individuais de cada beneficiário descritas nesse plano.

O beneficiário deverá ter destinado parte da gratificação anual paga pela Companhia, a título de participação nos lucros, líquida de imposto de renda e outros encargos incidentes ("participação nos resultados"), a fim de adquirir, em Bolsa de valores, ações de emissão da Companhia ("ações próprias"). Para tais fins, o beneficiário deverá destinar a participação nos resultados, a fim de comprometer-se nos percentuais definidos de 75%, 50% ou 25%. O percentual eleito pelo beneficiário para aquisição de ações próprias determinará o número de opções que o beneficiário terá direito a exercer. Caso o beneficiário deixe de destinar qualquer percentual da participação nos resultados à aquisição de ações próprias, não lhe será outorgada nenhuma opção.

O percentual de comprometimento da participação nos resultados para aquisição de ações próprias deverá ser definido e, consequentemente, comprovado pelo beneficiário à Companhia, mediante a apresentação da respectiva nota de corretagem até cinco dias após o fim do prazo para aquisição de ações próprias. O prazo para aquisição de ações próprias terá início no dia subsequente ao dia em que a Companhia informar aos beneficiários o preço de exercício e terá a duração de 15 dias corridos. Decorrido o prazo estabelecido, o Conselho definirá o número de opções outorgadas a cada beneficiário, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$O = (B^*M)/P$$

Em que:

- O = número de opções outorgadas ao beneficiário.
- B = valor, em reais, da participação nos resultados destinado pelo beneficiário à aquisição de ações próprias.
- M = múltiplo sobre o valor da participação nos resultados destinado à aquisição de ações próprias, definido conforme as especificações a seguir.
- P = preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA, imediatamente subsequentes ao término do prazo.

O múltiplo "M" mencionado anteriormente terá um valor numérico fixo para cada beneficiário, que será o seguinte:

- Se o beneficiário tiver destinado 75% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 2,0.
- Se o beneficiário tiver destinado 50% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,5.
- Se o beneficiário tiver destinado 25% da participação nos resultados para aquisição de ações próprias, "M" será equivalente a 1,0.

A Companhia celebrará com o beneficiário, na data da definição das outorgas, o respectivo Contrato de Outorga de Opção de Ações, disciplinando os termos e as condições da outorga.

O preço de exercício das opções será equivalente ao preço médio da ação da Companhia nos 20 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente antecedentes ao início do prazo de aquisição das ações próprias.

O preço de exercício das opções será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, desde a data de início de cada programa até a data de exercício das respectivas opções.

Exercício das opções - as opções serão divididas em três lotes anuais iguais, em termos de quantidade de opções, exercíveis, respectivamente, em dois, três e quatro anos contados da data de cada programa. Terminado o correspondente prazo de carência, cada lote anual poderá ser exercido, total ou parcialmente, em uma única ou em diversas ocasiões, e a qualquer tempo, pelo prazo final e extintivo de três anos, mediante notificação à Companhia, a cada exercício, com prazo de antecedência de dez dias. Após o decurso desse prazo, o beneficiário perderá o direito ao exercício das opções do lote anual correspondente, sem direito à indenização.

No quinto programa, constituído em 2015, o Conselho de Administração nos termos da cláusula 3.2.1 do Plano, modificado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 9 de maio de 2014, decidiu outorgar aos executivos um número de opções equivalente a 25% da sua participação nos resultados de 2014, sem a contrapartida de aquisição em Bolsa de Valores de ações próprias. Os executivos que decidiram investir os percentuais de sua participação nos resultados de 2014, na forma prevista dos planos anteriores, além dos 25% mencionados, receberão opções adicionais, conforme as regras do Plano.

No quinto programa de ações, foram outorgadas 50.393 opções pelo preço de exercício de R\$ 10,38.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações em circulação e os seus correspondentes preços médios ponderados estão apresentados a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação	Preço médio de exercício por opção - R\$	Opções em circulação
Saldo no início do exercício	25,78	21.636	26,70	38.342
Exercidas	-	-	13,13	(1.184)
Canceladas	26,57	(14.643)	24,47	(15.522)
Saldo no fim do exercício	26,10	6.993	25,78	21.636

Das 6.993 opções em circulação em 31 de dezembro de 2021 (21.636 em 31 de dezembro de 2020), 6.993 opções (21.636 opções em 31 de dezembro de 2020) são exercíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, o preço de mercado das ações da Companhia era de R\$ 15,35 (R\$ 15,50 em 31 de dezembro de 2020). As opções foram mensuradas ao valor justo na data da outorga. A média ponderada do valor justo das opções em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1,67 (R\$ 2,42 em 31 de dezembro de 2020).

As opções foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes", e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções outorgadas foram os seguintes:

- Volatilidade de 37,59% estimada com base no desvio-padrão do preço de fechamento diário da ação considerando os preços de vencimento.
- Vida esperada da opção correspondente a 0,25 ano.
- Taxa de juros livre de risco anual de 9,55%.

23. PLANO DE INCENTIVO DE LONGO PRAZO

Em abril de 2018, 2019, 2020 e 2021, o Conselho de Administração aprovou os programas de incentivo de longo prazo referentes aos resultados dos anos de 2018 a 2021 ("Programa 2018"), aos resultados dos anos de 2019 a 2022 ("Programa 2019"), aos resultados dos anos de 2020 a 2023 ("Programa 2020") e aos resultados do ano de 2021 ("Programa 2021"), respectivamente, em consonância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual tem por objetivo:

- promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia;
- possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e
- alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia e respectivos programas, os beneficiários dos referidos programas farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit" ou "RSU", no primeiro caso, e "Performance Share" ou "PS", no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$ 22,64, R\$ 22,84, R\$ 23,32 e R\$ 15,02, para os Programas de 2018, 2019, 2020 e 2021, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, nos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga em janeiro de cada um dos referidos anos. Os RSUs serão liquidados em 3 tranches anuais, a partir do segundo aniversário da data de outorga, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação. As PSs conferidas com base nos programas dos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado (i) desde 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2021, (ii) desde 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022, (iii) desde 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2023, e (iv) desde 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, respectivamente, for atendido de acordo com as metas estipuladas pelo Conselho de Administração para cada programa de incentivo de longo prazo.

As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU - 2018	33,3%	20/03/2022	36.699
	100%	20/03/2022	82.655
	33,3%	20/03/2022	47.363
RSU - 2019	33,3%	20/03/2023	47.363
	100%	20/03/2023	106.676
	33,3%	20/03/2023	59.475
RSU - 2020	33,3%	20/03/2024	59.297
	100%	20/03/2024	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita sobre a exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins (i)	220.394	-	228.109	-
Ganho na desvalorização da opção de compra de participação acionária (ii)	-	-	6.876	25.756
Gastos com reestruturação (iii)	(4.799)	(13.454)	6.399	(114.095)
Redução ao valor recuperável de ativos (iv)	(1.095)	(1.296)	125	(57.638)
Ganho (perda) na venda de ativos (v)	(4.457)	-	15.037	-
Provisão para contingência tributária (vi) (vii)	-	(13.948)	-	(17.083)
Despesas com sistemas auxiliares	(19.815)	(4.421)	(19.815)	(4.421)
Ganho sobre contingência ativa (viii)	-	-	37.163	-
Outras receitas (despesas) operacionais (ix)	(38.206)	(1.634)	10.418	(20.953)
Total	152.022	(34.753)	284.312	(188.434)

- (i) Conforme descrito na nota explicativa nº 8, item (i).
- (ii) De acordo com certo contrato de opção de venda, uma controlada da Companhia é obrigada a adquirir certas ações de emissão de outra controlada a um determinado preço, mediante o exercício dessa opção pelos respectivos beneficiários, que são acionistas minoritários da controlada em questão. O preço de aquisição dessas ações é determinado de acordo com a fórmula contida no referido contrato de opção de venda. De acordo com esta fórmula, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de sua controlada, possui um passivo não circulante relacionado à referida opção de venda no valor de R\$ 13.148. Conseqüentemente, o impacto na rubrica "outras receitas operacionais" foi de R\$ 6.876 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 25.756 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Em 2020, em função dos efeitos gerados pela COVID-19, a Companhia realizou uma reestruturação reduzindo parcialmente o seu quadro de colaboradores e fechamento da planta Maxion Wheels Akron, LLC, conforme nota explicativa nº 2, visando adequar as suas operações de acordo com os volumes de produção. Em 2021, parte da provisão constituída na entidade Maxion Wheels Akron, LLC foi revertida.
- (iv) No segundo trimestre de 2020, o teste de recuperabilidade dos ativos das subsidiárias Maxion Wheels Akron LLC e Maxion Wheels do Brasil resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos montantes de R\$ 29.621 (sendo R\$ 21.826 em ativos fixos e R\$ 7.795 em estoques) e R\$ 3.042, respectivamente. Em dezembro de 2020, a Maxion Wheels Italia S.r.l. reconheceu R\$ 16.136 como redução ao valor recuperável referente a uma linha de rodas forjadas. Em 2021, uma parcela dessa provisão de desvalorização ao valor recuperável de ativos reconhecida na subsidiária Maxion Wheels Akron LLC foi revertida em decorrência da alienação de parte dos ativos que outrora foram avaliados como suscetíveis a perdas.
- (v) Em março de 2021, foram concluídas as transações referentes à venda dos imóveis da controlada Maxion Wheels do Brasil. Já em setembro de 2021, a principal variação é referente a subsidiária Maxion Wheels Akron LLC, que está em processo final de reestruturação, e concluiu a venda a terceiros do terreno e do prédio, entre outros ativos, gerando outras receitas de R\$ 18.345.
- (vi) Em 2020, na controladora, pleiteia-se judicialmente a inconstitucionalidade da contribuição social sobre o terço de férias. As decisões dos tribunais proferidas até então, eram favoráveis aos contribuintes, razão pela qual a probabilidade de perda desta ação era classificada como perda remota. O Supremo Tribunal Federal decidiu pela constitucionalidade desta contribuição com o entendimento de que se trata de complemento à remuneração, recebido em certa periodicidade. Baseado nesta decisão, a probabilidade de perda foi alterada para provável, com isto, foi constituída a provisão correspondente, no montante de R\$ 13.948.
- (vii) Em 2020, no consolidado, a impugnação ao ALLM nº 4.056.725-4 obteve prognóstico de perda possível, tendo em vista que em fase de diligência, foi constatado o regular oferecimento à tributação pelo fornecedor. No entanto, foi negado o recurso ordinário apresentado pela Companhia. Assim, a classificação quanto à perda foi alterada de possível para provável, sendo necessário a constituição da provisão no montante de R\$ 3.135.
- (viii) Em 2021, o Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS) reconheceu êxito obtido pela controlada Engenharia y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. em processo movido por esta visando à reclassificação do adicional de risco aplicável à sua operação, o que resultou na recuperação do montante de R\$ 43.956, equivalente ao valor pago em excesso pelos anos anteriores, já descontado dos honorários de êxito devido aos assessores legais, sendo R\$ 37.163 na rubrica de "outras receitas (despesas) operacionais" e R\$ 6.793 na rubrica de "receita financeira".
- (ix) Em 31 de dezembro de 2021, na controladora, o montante de R\$ (33.414) é referente a transações intercompariais.

29. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Esses instrumentos estão representados por aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Financeiro.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, também é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

O Conselho de Administração da Companhia acompanha como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia e por suas controladas.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	252.537	669.805	1.088.114	1.605.439
Contas a receber de clientes	6	495.103	330.946	1.731.914	1.405.954
Mútuo	10.b	-	-	-	-
Total		747.640	1.000.751	2.820.028	3.011.393
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	15	1.085.114	1.085.211	4.281.970	3.890.711
Debêntures	15	1.250.240	1.229.678	1.250.240	1.229.678
Fornecedores	16	334.044	188.331	2.269.458	1.463.594
Total		2.669.398	2.503.220	7.801.668	6.583.983

b) Valores justos

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado. Por outro lado, os instrumentos financeiros contratados já encontram-se mensurados aos seus valores justos (nível 1).

Em 31 de dezembro de 2021, a comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim demonstrada:

	Valor contábil	Valor justo
	5.532.210	5.480.673

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das situações em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	31/12/2021			
	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	334.044	-	-	334.044
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.051.691	840.339	892.015	2.784.045
Total	1.385.735	840.339	892.015	3.118.089

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas na obtenção de instrumentos financeiros em moeda estrangeira diferente da moeda funcional de cada entidade, bem como para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos da Companhia denominados em moeda estrangeira, as quais expõem a Companhia e suas controladas a riscos cambiais, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	26.264	8.990	1.309.038	1.117.029
Instrumento financeiro	-	-	144.679	-
Partes relacionadas no exterior	49.716	43.584	96	89
Total do ativo	75.980	52.574	1.453.813	1.117.118
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	3.196.856	2.800.196
Fornecedores (iii)	6.284	5.175	1.943.710	1.268.978
Partes relacionadas no exterior	12.819	107	-	107
Total do passivo	19.103	5.282	5.140.566	4.069.281
Exposição líquida	56.877	47.292	(3.686.753)	(2.952.163)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	3.706.838	2.956.182
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	56.877	47.292	20.085	4.019

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2021, 75,6% (79,4% em 31 de dezembro de 2020) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2021, do saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures, 57,8% (54,7% em 31 de dezembro de 2020) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2021, 85,6% (86,7% em 31 de dezembro de 2020) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2021, parte dessas exposições é protegida com derivativos do tipo "cross currency swap" e designada como hedge de fluxo de caixa, conforme abaixo:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Risco protegido	Período de proteção	Nacional		Valor justo		Saldo do hedge de fluxo de caixa (R\$) em 31/12/2021
				ponta ativa (USD)	ponta passiva (EUR)	(EUR) em 31/12/2021	(R\$) em 31/12/2021	
Cross-Currency Swap - US\$/EUR	Sustainability-linked Notes Units	Risco de Câmbio - Principal e Juros	07/05/2021 a 07/05/2028	340.000	279.835	22.889	144.679	11.242

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 69% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.



Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional seria reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio, taxas de juros (Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP) e taxa do CDI. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (TJLP), (CDI) e (LIBOR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A Companhia também determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2021.

O cenário provável considerado pela Companhia é a perspectiva real da cotação do dólar norte-americano/real, TJLP, CDI e LIBOR de 31 de dezembro de 2021. Para tanto, foram consultados o "site" do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real, o "site" do BNDES para a TJLP, o "site" da B3 para a taxa do CDI e o portal Bloomberg para a LIBOR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item "Risco de taxas de câmbio", foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2021, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto no consolidado é como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	5.021	10.043

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 5,5805/US\$ 1,00 (R\$ 4,1854/US\$ 1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$ 2,7903/US\$ 1,00).

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável, por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo, leva em consideração o valor principal dos empréstimos.

Empréstimos e financiamentos - TJLP	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
TJLP em 31 de dezembro de 2021	5,32%	6,65%	7,98%
Financiamentos indexados - TJLP - R\$ 1.421			
Despesa financeira estimada	76	94	113
Efeito - perda		(19)	(38)

Empréstimos e financiamentos - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2021	9,15%	11,44%	13,73%
Empréstimo indexados - CDI - R\$ 487.000			
Despesa financeira estimada	44.561	55.713	66.865
Efeito - perda		(11.152)	(22.305)

Empréstimos e financiamentos - SELIC	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
SELIC em 31 de dezembro de 2021	9,25%	11,56%	13,88%
Empréstimo indexados - SELIC - R\$ 320.000			
Despesa financeira estimada	29.600	36.992	44.416
Efeito - perda		(7.392)	(14.816)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 1 mês	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2021	0,10%	0,13%	0,15%
Empréstimo indexado - LIBOR 1 mês - R\$ 83.708			
Despesa financeira estimada	85	109	126
Efeito - perda		(24)	(41)

Empréstimos e financiamentos - LIBOR 6 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
LIBOR em 31 de dezembro de 2021	0,34%	0,42%	0,51%
Empréstimo indexado - LIBOR 6 meses - R\$ 203.911			
Despesa financeira estimada	691	856	1.040
Efeito - perda		(166)	(349)

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2021	9,15%	11,44%	13,72%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$ 1.250.000			
Despesa financeira estimada	114.375	143.000	171.500
Efeito - perda		(28.625)	(57.125)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2021	8,99%	6,74%	4,50%
Aplicações financeiras - 98,3% do CDI - R\$ 253.641			
Receita financeira estimada	22.802	17.095	11.414
Efeito - perda		(5.707)	(11.388)

As controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S. possuem um hedge natural em virtude de suas operações em outras moedas. Caso haja um saldo em aberto não protegido naturalmente, contratos a termo para proteção desse saldo são firmados a fim de evitar impactos significativos referentes à flutuação cambial. Em dezembro de 2021, o ganho líquido realizado no período foi de R\$ 6.133 (R\$ 2.393 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 não havia nenhuma operação em aberto.

30. GESTÃO DE CAPITAL

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital, revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar, registrados na rubrica "Fornecedores"	18.642	11.420	53.213	38.483
Captações referentes a operações com <i>Fortfait</i>	79.973	184.141	79.973	184.141

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 5 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou o primeiro aporte no valor de US\$ 385mil, de um total de US\$ 5.500mil, em um fundo privado de *venture capital* sediado nos Estados Unidos, que reúne investimentos em *startups* promissoras do setor automotivo, ao qual a Companhia terá acesso a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de prioridade na aquisição de quotas e ações em futuras aberturas de capital dessas empresas.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia aprovou um programa de recompra de ações de emissão da Companhia com o objetivo de mitigar possível impacto decorrente de suas obrigações derivadas do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual prevê a possibilidade de outorga, pela Companhia, de prêmio pecuniário a determinados diretores e outros executivos, referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia. O programa prevê adquirir até 900.000 (novecentas mil) ações de emissão própria, as quais, juntamente com as ações já mantidas em tesouraria, representariam 1,63% das ações em circulação. A liquidação das operações encerra-se em 30 de julho de 2022, com observância

dos limites estabelecidos no programa e na regulamentação aplicável. Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, 722.400 ações já haviam sido recompradas.

36. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS DIRETORES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 727/14, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

37. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 9 de março de 2022.

DIRETORIA

- MARCOS S. DE OLIVEIRA – Diretor-Presidente
 - ELCIO MITSUHIRO ITO – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
 - PAULO MARCIO ALMADA DOS SANTOS – Diretor Corporativo de Recursos Humanos
- Contadora: CAROLINA RODRIGUES LOPES FAGÁ – CRC nº 1 MG-087908/O-0 T SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. ("CAE" e "Companhia", respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado seu regimento interno, tendo a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2012, promovido a necessária alteração no Estatuto Social da Companhia para prever a sua criação, na forma da regulamentação aplicável.

O CAE é atualmente composto de 3 (três) membros, eleitos em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de maio de 2017 e 28 de abril de 2021, tendo cada membro mandato de 10 (dez) anos a contar da data da reunião que o elegeu, nos termos do artigo 31-C da Resolução CVM nº 23/21 (que revogou a Instrução CVM nº 308/99), sendo dois membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e o outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE está vinculado diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e àquelas definidas no seu Regimento Interno e na Seção III do Estatuto Social da Companhia.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Resolução CVM nº 23/21, no Regimento Interno do CAE e no Estatuto Social da Companhia. As avaliações e atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Ernst & Young Auditores Independentes foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITR's) do exercício de 2021.

A área de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, bem como a área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas diretamente à Diretoria da Companhia, porém

supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Resolução CVM nº 23/21. A Companhia também possui área de Auditoria Interna, subordinada ao Diretor-Presidente da Companhia e supervisionada pelo CAE, cujas atividades são reportadas periodicamente ao Conselho de Administração, por meio do CAE.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2021

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias 16 (dezesseis) vezes no exercício social de 2021, nas quais participaram membros da Diretoria, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo CAE. O CAE também teve quatro reuniões com o Conselho de Administração, ocorridas em 03 de março, 26 de maio, 25 de agosto e 15 de dezembro de 2021.

Dentre os assuntos discutidos e as atividades realizadas no exercício, destacamos as seguintes:

- acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Companhia, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, avaliação do orçamento da área de Auditoria Interna, tendo o orçamento da referida Auditoria Interna sido analisado pelo CAE e considerado suficiente para o desempenho de suas atividades;
- discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para o exercício social de 2021, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e diretores da Companhia;
- acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia e auditores independentes;
- acompanhamento das decisões da Companhia com relação aos projetos de tecnologia da informação;
- acompanhamento das atividades da área tributária da área corporativa da Companhia;
- acompanhamento das atividades das áreas corporativas jurídica e legal, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e respectivo provisionamento, conforme aplicável;
- revisão do "Formulário de Referência 2021" elaborado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09;

- recebimento das manifestações feitas pelo canal de denúncias da Companhia e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Conduta, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia;
- acompanhamento das medidas adotadas pela Companhia em decorrência dos impactos da pandemia da COVID-19 e suas variantes, com enfoque na segurança de seus empregados e nos impactos sobre os negócios da Companhia;
- acompanhamento do processo de implementação do sistema SAP nas unidades da Companhia no Brasil, com enfoque nos planos de ação desenvolvidos pela gestão para lidar com os desafios enfrentados durante o processo de implementação; e
- acompanhamento do processo de estabilização do centro de serviços compartilhados denominado Maxion Hub Services ("MHS"), estrutura criada para a centralização das atividades operacionais e transacionais das unidades do Brasil, gerando maior sinergia, padronização e agilidade na prestação dos serviços internos, tendo o CAE também focado suas atividades nos planos de ação adotados para garantir uma adequada transição dos processos para o MHS e sua estabilização.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise do relatório da administração e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, acompanhadas de suas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 9 de março de 2022.

Edward Ruiz – Coordenador
Edmilson Baraldi
Henrique Bredda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos apresentada pela administração da Companhia.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório emitido, nesta data e sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes sobre as referidas demonstrações financeiras, os membros do Conselho Fiscal da Companhia abaixo subscritos opinam, por unanimidade, que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o relatório da administração e a proposta de distribuição de dividendos nele contida encontram-se adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 9 de março de 2022.

Membros do Conselho Fiscal:

Maurício Diácoli

William Cordeiro

Oscar Antônio Fontoura Becker

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Iochpe-Maxion S.A.
Cruzeiro - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Realização de tributos diferidos ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a Iochpe-Maxion S.A. e controladas, quando aplicável, reconhecem tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de tributos diferidos ativos era de R\$ 41.107 mil e R\$ 323.117 mil na controladora e consolidado, respectivamente. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de resultado tributável futuro, suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação desses tributos diferidos ativos e o fato de a Companhia e suas controladas exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e por suas controladas. Avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável, considerando a aplicabilidade da legislação em cada país. Analisamos o cálculo dos tributos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em tributos.

Adicionalmente, avaliamos as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de resultados, comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, tais como o crescimento econômico projetado. Realizamos, também, uma análise de sensibilidade na projeção de receita e custos e efetuamos testes matemáticos das projeções. Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável, e confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança. Comparamos ainda o resultado esperado de lucro tributável futuro e o limite do valor a ser registrado como tributo diferido ativo da Companhia e de suas controladas e avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para redução dos valores de tributos diferidos ativos, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria sobre o teste de recuperabilidade dos tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável dos ágios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui saldos significativos de ágios registrados que podem apresentar risco de realização e, consequentemente, a redução de seus valores recuperáveis. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de ágio era de R\$ 2.016.206 mil. O risco dá-se não somente pela relevância dos saldos, como também pelo impacto do cenário econômico local e global na determinação das premissas de crescimento e da taxa de desconto utilizada na análise da provisão para não realização dos ágios, conduzida pela Companhia, e pelo alto grau de julgamento envolvido na determinação das estimativas por parte da administração. Dessa forma, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, com o suporte técnico de especialistas em avaliação, quando aplicável, nas análises e no desafio das premissas de crescimento de receita e da taxa de desconto utilizadas pela administração na análise da provisão para não realização de ágios. Adicionalmente, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados, efetuamos testes matemáticos das projeções de resultados, análise de consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções e os dados contábeis, quando aplicável, e confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança. Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4 e nº 13 das demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as avaliações e premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luciano Ferreira da Cunha
Contador CRC-1SP210861/O-2

